

São Bernardo deixa famílias sem auxílio depois de desapropriação

São Bernardo deixa famílias sem auxílio depois de desapropriação

Moradores esperam há seis meses ajuda para pagamento de aluguel e moradia definitiva conforme prometido pela Prefeitura

THAINÁ LANA
thainalana@dgabc.com.br

As retroscavadeiras da Prefeitura de São Bernardo terminaram de demolir na terça-feira os imóveis localizados na Rua dos Vianas, na Vila São Pedro. O processo de desapropriação começou em outubro do ano passado, quando o Paço alegou que as propriedades estavam instaladas irregularmente em terreno municipal e ocupavam área de risco, nas margens do Córrego Saracantan. A ação foi autorizada por meio de liminar concedida pelo TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) e derrubou cerca de 100 imóveis no total.

Em outubro, a administração são-bernardense afirmou que prestaria suporte aos moradores com auxílio-aluguel até que unidades habitacionais definitivas fossem construídas. Seis meses depois, porém, as iniciativas públicas não passaram de promessas para alguns moradores

e, por isso, eles decidiram entrar com ação judicial conjunta pedindo indenização pela demolição das construções.

Um dos líderes comunitários da região, que prefere não se identificar por medo de represálias, acompanha desde o início o processo de desapropriação e afirma que diversas famílias ficaram desamparadas pela Prefeitura. "O problema é que nem todos moradores foram atendidos e muitas pessoas ficaram sem moradia ou renda para viver. Algumas famílias estão pagando aluguel do próprio bolso ou estão hospedadas em casas de parentes. A situação é tão triste que, por conta do estresse e da tristeza, quatro moradores faleceram esperando resposta", contou o líder, que mora há 36 anos no bairro e ressaltou que mais de 100 pessoas perderam seus postos de trabalho que ficam localizados no bairro.

A dona de casa Rosilane Patrícia de Oliveira, 49 anos é uma das proprietárias que não rece-



VILA SÃO PEDRO. Demolição dos imóveis começou em outubro do ano passado e terminou terça-feira

beu assistência da Prefeitura. Ela alugava o imóvel demolido. "O valor do aluguel era minha única renda. Hoje moro de favor na casa minha filha mais velha. Ver a casa da minha mãe ser de-

molida partiu meu coração, porque sei o quanto ela batalhou para colocar cada tijolo naquele imóvel. Ela não roubou, não invadiu e não tirou nada de ninguém, ela comprou aquele espa-

ço", contou Rosilane, que compareceu duas vezes a Sehab (Secretaria de Habitação de São Bernardo) em busca de informações sobre o auxílio-aluguel, mas não obteve retorno.

O comerciante Marcos (nome fictício) tinha há mais de 30 anos empresa de imóveis no local, que também foi demolida nesta semana. "Não consegui nem ver os vídeos da demolição, é muito triste perder seu negócio dessa maneira. Paguei impostos todos esses anos e de uma hora para outra a Prefeitura alega que o terreno é ilegal, sendo que quando comprei o espaço nem era da Prefeitura", reclama o comerciante, que além do processo judicial em conjunto também entrou com ação particular solicitando indenização.

Procurada pelo Diário, a Prefeitura de São Bernardo informou que notificou as famílias um ano antes das remoções, e que os moradores foram inseridos no Programa Renda Abrigo, que disponibiliza auxílio pecuniário temporário até que unidades habitacionais definitivas possam ser ofertadas. "As famílias remanescentes recusaram oferta da Prefeitura para moradia no conjunto Novo Jardim Regina, entregue em dezembro de 2019", explicou o Paço.

O líder comunitário rebateu a informação da administração. "Muitas famílias não têm nem onde morar e se tivessem recebido a proposta você acha que elas iriam recusar? A Prefeitura fala que ajudou os moradores, que ofereceu auxílio e moradia, mas não é verdade. Desde o início falta informação e vontade de ajudar", finalizou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 1